

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No passado dia 21 de novembro, foi avançado pelos órgãos de comunicação social que a Segurança Social havia sido vítima de um ciberataque o qual terá, segundo avançava uma notícia da RTP, comprometido "(...) as contas de centenas de funcionários, de forma a obter privilégios no acesso a dados da estrutura (...). Em teoria, este acesso poderia comprometer todo o trabalho da Segurança Social. Todos os funcionários receberam já um email e estão a alterar as respetivas passwords de acesso. (...)”

Avançava também a referida notícia que: “A Polícia Judiciária está a investigar o ciberataque desde a passada sexta-feira. Até ao momento, o trabalho dos investigadores não permite concluir que tenham sido comprometidas contas de utentes. (...)De acordo com a mesma fonte, não está identificado o dia do ciberataque, mas confirma-se uma "intrusão intencional e maliciosa na sua rede informática", acrescentando que "está em curso a investigação forense deste incidente". Até agora, ainda "não se apurou qualquer facto que permita concluir ter havido acesso indevido a dados de cidadãos ou de empresas", acrescenta a mesma comunicação. "O Instituto de Informática, I.P desencadeou de imediato as medidas e procedimentos adequados para este tipo de incidentes, e está a desenvolver todos os esforços, em estreita colaboração com o Centro Nacional de Cibersegurança, Polícia Judiciária e especialistas em cibersegurança, para garantir a segurança do sistema e dos respetivos dados".

Esta é uma situação que assume especial gravidade pelo facto de os dados dos contribuintes poderem ficar à mercê de quem, eventualmente, acede indevidamente a eles. Aliás, todo o acervo informativo da Segurança Social para além de ter de estar devidamente protegido e a segurança dos dados deve ser garantida pelo Instituto de Informática, I. P.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicita ao Governo que por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Estando confirmada a existência do ataque informático à Segurança Social, confirma o Governo estarem protegidos e salvaguardados os dados dos contribuintes?

2. Que medidas tomará o Governo para salvaguardar e proteger os dados dos contribuintes (cidadãos e empresas) garantindo que o tratamento de todos os dados é efetivamente executado pelo Instituto de Informática, I.P. da Segurança Social, sem recurso da qualquer externalização de serviços?

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2022

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ALFREDO MAIA(PCP)